

## **Recursos financeiros aplicados no biênio 2005-2006 pelo Estado Brasileiro junto à Economia Solidária**

**Roney Rezende Rangel**, Graduado em Ciências Econômicas (Facesm), pós-graduado em Finanças de Empresas (Fecap), curso de extensão universitária em Economia Solidária e Cooperativismo (Unicamp), e Agente de Desenvolvimento do MDIC e da FIESP, roneyrangel@uol.com.br

### **Abstract**

*This paper intends to register the financial resources used by the Brazilian Government in the biennium of 2005-2006 for the solidarity and cooperative practices that aim for the development of work and income, the establishment of equality relations between individuals and to prize the human being before his work. For that purpose, the Informative Guide of Actions for Work and Income in the Scope of the Federal Government was used as a research source to gather the information displayed hereon. The preparation of this study started from the first initiatives of support to the movement of the Solidary Economy promoted by the Program of Solidary Economy in Development raised by the Brazilian Ministry of Labor and Employment, as well as from the actions from other ministries of the Federal Government and special secretaries of the Presidency of the Republic.*

*Keywords: Financial resources; Solidary economy; Federal government.*

### **Resumo**

*Este texto busca registrar os recursos financeiros aplicados no biênio 2005-2006 pelo Estado Brasileiro junto às práticas solidárias e cooperadas que visam a geração de trabalho e renda, o estabelecimento de relações de igualdade entre indivíduos e a valorização do ser humano perante o trabalho. Para tanto, o Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal foi utilizado como fonte de pesquisa para extração das informações aqui expostas. A elaboração do estudo se deu a partir das primeiras iniciativas de apoio ao movimento da Economia Solidária promovidas pelo Programa Economia Solidária em Desenvolvimento criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, bem como pelas ações realizadas pelos demais ministérios do Governo Federal e secretarias especiais da Presidência da República.*

*Palavras-chave: Recursos financeiros; Economia solidária; Governo federal.*

### **Estrutura Textual**

O propósito deste artigo estruturado em 3 blocos é registrar a atuação do Estado Brasileiro no que diz respeito aos recursos financeiros aplicados no período de 2005-2006 junto à Economia Solidária. O primeiro bloco se dedica à intersecção de temas como Economia Solidária, Política Pública e Governo Federal, dando ênfase ao PPA (Plano Plurianual 2004-2007), plano este que estabelece diretrizes, objetivos e metas a serem cumpridas, podendo ser considerado como instrumento de planejamento para o País. No segundo bloco destaca-se o Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal, analisado a partir do Levantamento das Ações Orçamentárias de Trabalho e Renda, realizadas especialmente pelo Programa Economia Solidária em Desenvolvimento do Ministério do Trabalho e Emprego, como pelos demais órgãos ministeriais e secretarias especiais da Presidência da República. E, por fim, o terceiro bloco destina-se à parte conclusiva do artigo.

### **1. Economia Solidária, Política Pública e Governo Federal**

De acordo com Schwengber (2005), a Economia Solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por

atividades econômicas cujo primado é o do trabalho sobre o capital, de caráter associativo e autogestionário, que produzem trabalho e riqueza e que podem promover a inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

Acreditando numa sociedade mais igualitária, justa e digna para todos os indivíduos, a Economia Solidária surge como um instrumento de inclusão social e resgate da cidadania dentro de um cenário caótico caracterizado muitas vezes pela precarização do trabalho e pela própria falta do trabalho em si.

Segundo Cruz (2001), Economia Solidária denomina-se toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores(as) associados(as) em torno dos seguintes objetivos/características: (1) caráter coletivo das experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) “inserção cidadã” das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado etc. O mesmo autor afirma que, políticas públicas de apoio à Economia Solidária são fundamentais, pois as considera como uma conquista do movimento às práticas solidárias - que é a outra face do fenômeno econômico.

Por Políticas Públicas entende-se “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (Guareschi, Comunello, Nardini & Hoenisch, 2004, p. 180). Indubitavelmente, a Economia Solidária e Política Pública significa uma combinação essencial para o desenvolvimento econômico e social justo do País, principalmente quando se diz respeito à questões relacionadas à geração de trabalho e renda e resgate da cidadania.

Neste contexto de Política Pública, especificando o caso brasileiro, registra-se o Plano Plurianual (2004-2007) que tem como lema, a combinação de Desenvolvimento, Participação e Inclusão. É um plano estabelecido por um prazo de pelo menos quatro anos pela administração pública federal, que aborda as diretrizes, objetivos e metas a serem cumpridas, dá norte aos agentes econômicos e sinaliza as oportunidades de inversões para os agentes financiadores, tornando-se importante instrumento de planejamento para o governo e iniciativa privada. Sua elaboração requer decidir quais são os investimentos mais importantes dentro de um projeto de desenvolvimento (PLANO BRASIL, 2007).

Com o propósito de se criar um elo entre Plano Plurianual e Economia Solidária, foram descritos neste artigo as ações e programas que se atrelam, direta ou indiretamente com políticas de emprego, redução das desigualdades regionais, implantação de programas sociais necessários para o desenvolvimento da população, inclusão social e melhor distribuição da renda entre os brasileiros. Este elo pode ser considerado como um importante instrumento para promoção de profundas transformações estruturais na sociedade brasileira.

## **2. Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal**

O Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem o objetivo de informar sobre os principais programas, projetos e ações do Governo Federal executados com vistas à melhoria das condições sócio-econômicas da população brasileira nas áreas de Transferência de Renda, Geração de Trabalho e Renda e Desenvolvimento Local. Foram identificadas 198 ações representadas em três áreas: Transferência de Renda, com 20 ações; Geração de

Trabalho e Renda com 150 ações e Apoio ao Desenvolvimento Local totalizando 28 ações. Este Guia Informativo possui abrangência nacional, com ações desenvolvidas por 17 ministérios excetuando-se o da Previdência Social e 4 secretarias especiais do Governo Federal e de alguns dos principais parceiros Fome Zero (MDS, 2006).

Cabe salientar que, a construção do artigo se baseia exclusivamente nas ações identificadas na área Geração de Trabalho e Renda no período de 2005-2006. As 150 ações para a área de Geração de Trabalho e Renda são classificadas em 7 categorias. Abaixo, discrimina-se a categoria, sua definição e principais ações:

#### Categoria 1:

Diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias. Definida pelas ações voltadas para comunidades e grupos sociais carentes ou em risco de exclusão social, visando habilitá-las a criar organizações e parcerias próprias que lhes permitam desenvolver trabalho remunerado. Possui as seguintes ações: Promoção de inclusão produtiva (MDS), Recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão (M.T.E), Orientação profissional e intermediação de mão-de-obra (M.T.E);

#### Categoria 2:

Formação e capacitação para o trabalho representada por ações voltadas direta ou indiretamente para habilitar as populações alvo a encontrar oportunidades de trabalho remunerado. Capacitação para agricultores familiares (MDA), Qualificação de beneficiários de ações do sistema público de emprego e economia solidária (M.T.E);

#### Categoria 3:

Assistência técnica. Categoria definida pelas ações que visam gerar trabalho e renda mediante o fomento à inovação tecnológica e a assistência técnica a comunidades e empreendimentos. Tem como ações: Assistência técnica para a geração de finanças solidárias (M.T.E), Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social (MCT), Extensão industrial exportadora das microempresas e empresas de pequeno porte (MDIC);

#### Categoria 4:

Apoio à institucionalização (organização social, agrupamentos, associativismo e cooperativismo): Esta categoria contempla ações que partem do pressuposto de que grupos desfavorecidos necessitam se unir em organizações que promovem a ajuda mútua e a solidariedade entre os membros, para conseguirem trabalho remunerado em bases sustentáveis. Esta categoria é representada por ações ligadas ao fomento à geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária (M.T.E), fortalecimento do associativismo e cooperativismo no semi-árido (MI), Promoção do associativismo rural e do cooperativismo MAPA);

#### Categoria 5:

Infra-estrutura e logística de produção é definida pela ajuda na construção de infra-estrutura para atividades produtivas de comunidades ou agrupamentos carentes. Categoria efetivada através das ações de apoio a projeto de melhoria das condições sócio-econômicas das famílias (MDS), Implantação de centro de inclusão digital em setores de impacto social (MCT), Fomento à agroindustrialização, à comercialização e a atividades pluriativas solidárias (MDA);

#### Categoria 6:

Acesso a crédito baseado exclusivamente ao acesso a capital, podendo ser exemplificado pela Concessão de crédito/installação das famílias assentadas /INCRA (MDA), Fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar (MDA) e

Categoria 7: Comercialização - realizada pela intervenção do Governo Federal na compra dos produtos via ação as seguintes ações: aquisição de produtos aquisição de produtos para comercialização (MAPA), Promoção do comércio ético e comércio justo (M.T.E), Fomento à produção local e distribuição de produtos para uso dos empreendimentos turísticos (MTur).

## **2.1. Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento foi criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego via Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003 e suas atividades se relacionaram inicialmente com a estruturação interna, com a interlocução entre sociedade civil e os diversos setores do ministério que o concebeu, bem como com os outros órgãos governamentais. A partir de 2004, a (SENAES) Secretaria Nacional de Economia Solidária conta com orçamento próprio apresentando como desafio a implementação do programa acima mencionado e a institucionalização dos procedimentos de execução de suas políticas e dos recursos orçamentários disponíveis (M.T.E, 2007a). A elaboração e definição das ações e prioridades para 2005-2006 do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento expressam a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

O Programa tem objetivo de atingir diferentes sujeitos sociais envolvidos com a Economia Solidária, sejam eles, empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, gestores públicos, trabalhadores e interessados em geral. Promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário também são considerados objetivos deste Programa. Dentre os objetivos específicos, destaca-se as seguintes dimensões: políticas de finanças solidárias; legalidade de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários; difusão e fortalecimento da Economia Solidária pela utilização adequada de tecnologia e pelo apoio às agências de fomento dos empreendimentos econômicos solidários; articulação das cadeias produtivas mediante ampliação da produção; distribuição e consumo dos produtos; articulação para políticas de educação e pesquisa e fortalecimento dos espaços de organização, de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais nas formulações de políticas públicas para as práticas autogestionárias e solidárias.

O propósito da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) está voltado essencialmente ao combate da desigualdade e exclusão social e suas principais propostas são expressas por: a) dimensionar e dar visibilidade ao universo dos empreendimentos de autogestão e Economia Solidária no Brasil; b) qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à Economia Solidária e à autogestão; c) promover a Economia Solidária junto aos empreendimentos de autogestão; d) facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões sobre temas afins entre os empreendimentos e) contribuir para a organização da autogestão na geração de trabalho e renda dos trabalhadores (M.T.E - SENAES, 2004).

Oito ações compõem o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, são elas: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário, Apoio à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária, Fomento à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária, Fomento à Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços produzidos pela Economia Solidária, Gestão e Administração do Programa, Publicidade e Utilidade Pública e Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão

(M.T.E. 2007b). O acompanhamento do Programa é feito por instituições do Governo Federal, como a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União.

As ações realizadas no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no período de 2005-2006 estão discriminadas na tabela a seguir:

Órgão Responsável	Ação	Categoria	R\$ em 2005	R\$ em 2006
M.T.E / Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia / Depto. Fomento à Economia Solidária	Recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão	Diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias	1.633.470	1.650.000
M.T.E / Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia / Depto. Fomento à Economia Solidária	Assistência técnica para geração de finanças solidárias	Diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias	154.979	0
M.D.S / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promoção da Inclusão Produtiva	Diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias	27.965.000	0
M.T.E / Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia / Depto. Fomento à Economia Solidária	Fomento à geração de trabalho e renda em atividade em Economia Solidária	Apoio à institucionalização (organização social, agrupamentos, associativismo e cooperativismo)	8.959.154	7.906.644
M.T.E / Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia / Depto. Fomento à Economia Solidária	Promoção do consumo ético e comércio justo	Comercialização	368.617	0

Fonte: Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal. Capítulo II - Geração de Trabalho e Renda. Elaborado pelo autor

Tabela 1 – Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

De acordo com a Tabela 1, no biênio 2005-2006 foram investidos R\$ 48.637 mil, distribuídos da seguinte forma:

R\$ 39.081 mil investidos em 2005 e R\$ 9.556 mil em 2006, onde 80,35% dos investimentos estão centralizados no ano de 2005 e 19,65% em 2006.

Um olhar analítico sob as ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, permite avaliar que a variação de um ano para outro, apresentou-se redução de um valor aproximado de R\$ 29.525 mil, representando uma variação negativa de 75,5%. Dos R\$ 39.081 mil investidos pelo Governo Federal no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no ano de 2005, R\$ 27.965 mil foram aplicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome junto à ação “Promoção da Inclusão Produtiva”, representando 71,55% do total investido neste ano, enquanto que os demais investimentos foram realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego via Secretaria Nacional de Economia Solidária com percentual de 28,45. Para o ano de 2006, somente o Ministério do

Trabalho e Emprego permanece com investimentos no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, aplicando R\$ 9.556 mil.

## **2.2 - Ações realizadas pelos demais ministérios e secretarias especiais da Presidência da República**

Esta sessão do artigo, pretende destacar as demais ações realizadas pelo Estado Brasileiro junto à Economia Solidária mediante uma leitura atenta à atuação de outros ministérios e secretarias especiais da Presidência da República. A análise parte do Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Percebe-se desde o início da análise, um envolvimento e compromisso do Estado Brasileiro junto ao movimento autogestionário e solidário, retratados assim, por ações ligadas a certos contextos, como por exemplo, preocupação com a redução das desigualdades regionais, preocupação com a redução da pobreza e ao impulso no processo de inclusão social.

Estas expressões-chave foram encontradas no próprio Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal. É necessário evidenciar que, as palavras aqui descritas foram extraídas de forma fidedigna, ou seja, não se apresentou nenhuma alteração ou adulteração das mesmas para que pudesse compôr a formação das expressões-chave. O motivo principal da criação desta estratégia foi atingir maior abrangência dos investimentos realizados no campo da Economia Solidária e/ou em atividades correlatas.

As expressões-chave são:

agências de fomento da economia solidária, apoio à construção das Casas de Economia Solidária, apoio na estruturação de cooperativas de crédito, articulação com empreendimentos econômicos, associações e cooperativas de produtores, associações produtivas e outras atividades correlatas, associações rurais com vistas à autogestão, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas, atendimento às demandas de gestão dos empreendimentos, atração e desenvolvimento de empreendimentos produtivos, autogestão de empreendimentos produtivos, constituição de cooperativas e empresas associativas, cooperativas de crédito, cooperativas e associações, empreendimentos de grupos, empresas em crise ou situação falimentar, estímulo ao cooperativismo, feiras e mostras de Economia Solidária, finanças solidárias, fomento e capacitação de gerentes gestores de cooperativas e associações rurais, geração de emprego e renda em economia solidária, grupos sociais mais pobres e vulneráveis, incubadoras universitárias, mulheres no mundo do trabalho, organização dos empreendimentos produtivos autogestionários, organizações da sociedade civil, organizações sociais, pequenos empreendimentos produtivos, políticas de Economia Solidária, produções agropecuárias de associações e cooperativas, projetos de Economia Solidária e formação de redes, qualificação ocupacional, profissional e social, rede eletrônica de negócios solidários, segmento artesanal brasileiro, setor cooperativista, terminais de comercialização e trabalhadores em autogestão.

De acordo com as expressões-chave acima mencionadas, os recursos financeiros aplicados pela ótica das 7 categorias do Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal, são:

Categoria 1: Diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias. Ações e seus respectivos órgãos responsáveis: Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional e Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social (Ministério da Ciência e Tecnologia / Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social); Estudos para Ampliação da Oferta do Microcrédito via Banco Postal (Ministério das Comunicações / Secretaria Executiva); Promoção da Inclusão Produtiva (Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome / Secretaria Nacional de Assistência Social); Apoio às Organizações Extrativistas da Amazônia (Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Coordenação da Amazônia; Assistência Técnica para Geração de Finanças Solidárias, e Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão (Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria Nacional de Economia Solidária / Departamento de Fomento à Economia Solidária); Apoio a Projetos de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres (Secretaria Especial de Política para as Mulheres). Os investimentos realizados nesta categoria se aproximam de R\$ 169.000 mil no ano de 2005 e R\$ 1.600 mil em 2006. Vale considerar, que a única ação que permaneceu no ano de 2006 foi a ação responsabilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – “Recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão”.

Categoria 2: Formação e Capacitação para o Trabalho. Ações e seus respectivos órgãos responsáveis: Capacitação de Técnicos e Cooperados em Autogestão (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo); Capacitação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável em Espaços Sub-Regionais Selecionados (Ministério da Integração Nacional / Secretaria de Programas Especiais); Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores (Ministério da Integração Nacional / Secretaria de Programas Regionais - Programas das Regiões Norte e Nordeste); Capacitação e Formação de Profissionais de Nível Médio adaptado à Reforma Agrária e Agricultura Familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA / INCRA); Capacitação para o Ecoturismo (Ministério do Meio Ambiente - MMA / Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável); Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do Sistema Público de Emprego e Economia Solidária e Qualificação de Trabalhadores para Manutenção do Emprego e Incremento da Renda (Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria de Políticas Públicas de Emprego SPPE e Departamento de Qualificação DEQ); Capacitação de Profissionais em Aqüicultura e Pesca (Presidência da República / Subsecretaria de Planejamento de Aquicultura e Pesca). Os investimentos aqui realizados se aproximam dos R\$ 110.000 mil no ano de 2005 e R\$ 85.000 mil no ano de 2006, percebendo assim, uma redução de 22,25% de um ano para outro, a mais expressiva redução ocorreu na ação “Qualificação de trabalhadores beneficiários de ações do Sistema Público de Emprego e Economia Solidária” num montante de R\$ 19.500 mil, representando 31,07 de redução percentual.

Categoria 3: Assistência técnica. Ações e seus respectivos órgãos responsáveis: Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação e Recuperação (Ministério do Desenvolvimento Agrário / INCRA); Assistência Técnica à Produção e à Comercialização de Produtos Extrativistas na Amazônia (Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Coordenação da Amazônia). Nesta categoria apresenta-se um valor expressivo da participação de um ministério, ou seja, 99,55% investidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. A totalidade de investimento do ano de 2005 chega a R\$ 153.000 mil e para o ano de 2006 verifica-se uma redução de aproximadamente 42%, chegando ao montante de R\$ 87.500 mil.

Categoria 4: Apoio à institucionalização (organização social, agrupamentos, associativismo e cooperativismo). Ações e seus respectivos órgãos responsáveis: Mobilização de Comunidades mediante o Associativismo e o Cooperativismo na RIDE-DF (Ministério da Integração Nacional / Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste); Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos (Ministério da Integração Nacional / Secretaria de Programas Nacionais / Departamento de Programas das Regiões Norte e Nordeste); Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo no Semi-árido (Ministério da Integração Nacional / Secretaria de Programas Regionais); Ações de Geração de Renda para Populações Carentes (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Estruturação de Núcleos

Produtivos do Segmento Artesanal (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC / Secretaria do Desenvolvimento da Produção); Fomento à Geração de Trabalho e Renda em atividades de Economia Solidária (Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria Nacional de Economia Solidária / Departamento de Fomento à Economia Solidária); Apoio a Projetos de Oferta de Energia Elétrica por meio de Associação e Cooperativas Comunitárias (PRODEEM) (Ministério Minas e Energia pela Secretaria de Energia Elétrica); Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo (Secretaria de Política Agrícola). O valor total investido nesta categoria em 2005 foi de R\$ 47.800 mil e R\$ 10.300 em 2006. A redução se deu na maior parte pela inexistência de três ações: “Ações de Geração de Renda para Populações Carentes, Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal e Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo”, ações estas, que chegam a somar um total de R\$ 34.120 mil.

Categoria 5: Infra-estrutura e logística de produção. Ações e seus respectivos órgãos responsáveis: Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aqüicultura (Ministério da Integração Nacional - MI / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF); Implantação de Estações de Piscicultura (Ministério da Integração Nacional - MI / Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais e Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e à Atividades Pluriativas Solidárias (Ministério do Desenvolvimento Agrário / INCRA); Apoio à renovação da frota artesanal, Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva, Fomento à Implantação de Recifes Artificiais e Atratores, Implantação de Terminal Pesqueiro, Implantação de Unidades de Beneficiamento de Pescado, Implantação de Unidades de Beneficiamento de Produtos Aquícolas (Presidência da República / Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca-SEAP / Subsecretaria de Planejamento de Aquicultura e Pesca). Esta categoria apresentou uma variação positiva de 34,36% de 2005 para 2006. É interessante considerar que algumas ações apresentaram percentual significativo de variação positiva, por exemplo a ação “Apoio a projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais” com variação de 49,44% de um ano para o outro e a ação “Implantação de terminal pesqueiro”, uma variação percentual positiva de 46,19.

Categoria 6: Acesso ao crédito. Ações e seus respectivos órgãos responsáveis: Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica de Agricultura Familiar no Semi-árido (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA / Secretaria de Agricultura Familiar – SAF) com R\$ 2.500 mil investidos em 2005 e Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Linha de Crédito Especial - PROGER Piscicultura (Lei n. 8427, de 1992) (Presidência da República / Subsecretaria de Planejamento de Aquicultura e Pesca) com R\$ 4.500 mil também em 2005. No ano de 2006, o governo federal sob a ótica do Guia, não investiu nenhum recurso.

Categoria 7: Comercialização. Ações e seus respectivos órgãos responsáveis: Organização dos Micro e Pequenos Varejistas (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA / Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB); Apoio a Arranjos Produtivos na Faixa de Fronteira (Ministério da Integração Nacional / Secretaria de Programas Regionais); Promoção do Consumo Ético e Comércio Justo (Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria Nacional de Economia Solidária / Departamento de Fomento à Economia Solidária); Implantação de Entrepostos de Pescado e Implantação de Entrepostos de Produtos Aquícolas (Presidência da República / Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP / Subsecretaria de Planejamento de Aquicultura e Pesca). Do total aplicado nesta categoria, 60% foram investidos pela Presidência da República / Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP / Subsecretaria de Planejamento de Aquicultura e Pesca, chegando ao montante de R\$ 6.100 mil, enquanto que o valor total investido nesta categoria foi de R\$ 10.000 mil.

### 3. Considerações Finais

A Economia solidária é notavelmente uma proposta de desenvolvimento solidário e incluyente. É uma configuração histórica da constante luta de trabalhadores contra o desemprego e a exclusão social. Portanto, muitos são os desafios para a consolidação da Economia Solidária, e inúmeras, diga-se de passagem, são as demandas do Movimento, desde educação à sua efetiva institucionalização no Estado Brasileiro, o que demonstra que é um processo em construção e que o debate está longe de encerrar.

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à Economia Solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à Economia Solidária é o de dar-lhe propulsão por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste setor (SCHWENGBER, 2005).

Construir uma política pública para Economia Solidária, requer primeiramente, o reconhecimento do próprio Estado Brasileiro das atividades permeadas pela solidariedade e cooperação. É importante registrar que, embora em níveis ainda não suficientes, os recursos financeiros investidos na Economia Solidária e atividades afins mostram um olhar para esta nova alternativa para boa parte da população brasileira. É sabido, mediante o mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia solidária que já existem no país aproximadamente 15.000 empreendimentos econômicos solidários, contemplando cerca de 1.230 mil de pessoas em todo o território nacional (SIES, 2007), mostrando assim que a Economia Solidária já tem identidade perante a sociedade e o governo federal.

Como instrumento analítico e conclusivo, a tabela abaixo, cujas informações foram extraídas do Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no âmbito do Governo Federal procura expor os investimentos realizados por categoria pelo Estado Brasileiro no período de 2005-2006.

Categoria	R\$ (em mil)	
	2005	2006
1 - Diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias	168.770	1.650
2 - Formação e capacitação para o trabalho	109.740	85.320
3 - Assistência técnica	153.190	87.480
4 - Apoio à institucionalização	47.190	10.360
5 - Infra-estrutura e logística de produção	157.740	211.960
6 - Acesso a crédito	7.000	0
7 - Comercialização	10.150	0
<b>Total</b>	<b>653,780</b>	<b>396.770</b>

Fonte: Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal. Capítulo II – Geração de Trabalho e Renda. Elaborado pelo autor

Tabela 2 – Resumo dos investimentos realizados pelo Estado Brasileiro, segundo o Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal, sob a ótica das expressões-chave definidas pelo autor

Pode-se concluir que, R\$ 257.010 mil foram reduzidos de 2005 para 2006, apresentando uma variação percentual negativa de 39,31. O total investido no biênio foi de R\$ 1.050.550 mil, onde 62,23% se concentram no ano de 2005 e 37,77% em em 2006. A categoria que apresentou o maior investimento durante estes dois anos foi “Infra-estrutura e logística de

produção” representando 35,19% do total investido, seguido da ação “Formação e capacitação para o trabalho” com 34,79% e 22,90% da ação “Assistência técnica”, enquanto que as ações “Acesso a crédito” e “Comercialização” se encontram com percentual inferior a 1 sobre o total investido pelo Estado Brasileiro. Conforme os números apresentados, somente a ação “Infra-estrutura e logística de produção” apresentou uma variação positiva de 2005 para 2006, as demais apresentaram variação negativa neste biênio e algumas delas, sua própria inexistência.

Considerando os investimentos analisados mediante as expressões-chave, extraídas do Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal e os investimentos realizados através do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, encontrou-se o valor de R\$ 1.099.187 mil. É importante destacar, que em 2005, a categoria “Diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias” representou 57,50% do total investido no biênio 2005-2006, no entanto, tal ação não teve investimento no ano seguinte, cuja responsabilidade centraliza-se no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

É notável o interesse do Estado Brasileiro em atuar na Economia Solidária como política pública na busca de resultados positivos para o seu público-alvo, pois se procura solucionar problemas oriundos de uma situação de desemprego crônico que infelizmente, de forma geométrica, aumenta o número de pobres e da desigualdade social e econômica. Positivamente, o Governo Federal enxerga a Economia Solidária como um campo fértil de investimento, tanto na dimensão econômica, quanto na dimensão social, tendo como objetivo estimular o associativo e cooperativo, pretendendo implementar, em termos gerais, uma cultura de cooperação, em contraposição a uma cultura de subordinação — uma filosofia mais solidária.

#### 4. Bibliografia

CRUZ, A. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à Economia Solidária.** In: Conclusão da disciplina “Economia Solidária”, Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2001.

GUARESCHI, N; Comunello, L. Nardi; Nardini, M; Hoenisch, J. César. **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência.** In: Violência, gênero e Políticas Públicas. Orgs: Strey, Marlene N.; Azambuja, Mariana P. Ruwer; Jaeger, Fernanda Pires. Ed: EDIPUCRS, Porto Alegre, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – 2007a,b. Disponível em <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 10 de Abril de 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. “Plano de Ação – 2004”. <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 10 de Abril de 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – 2006. **Guia Informativo Informativo das ações de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal.** Brasília. versão 1.4 – 25/01/06.

PLANO BRASIL – 2007. Plano Plurianual 2004-2007. Disponível em <http://www.planobrasil.gov.br>. Acesso em 16 de Abril de 2007.

SCHWENGBER, A. **Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária no Brasil: a contribuição da Rede de Gestores.** Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise. M.T.E (Ministério do Trabalho e Emprego) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). São Paulo, 2005.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.sies.mte.gov.br>. Acesso em 28 de abril de 2007.